

---

## 010ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 14SET2017

**(Texto com revisão.)**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes):** (19h25min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. Faço a leitura do Edital (Lê.): “Edital. Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 13/17, que propõe alterações no IPTU de Porto Alegre. O Presidente da Câmara Municipal De Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 14 de setembro de 2017, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 14 de setembro de 2017. Vereador Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa o Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Gustavo Paim, Prefeito Municipal de Porto Alegre em exercício; o Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda. Prestigiam esta audiência pública: os Vereadores Idenir Cecchim, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, João Carlos Nedel, Fernanda Melchionna, Valter Nagelstein, Reginaldo Pujol, Felipe Camozzato, Mauro Zacher, Cláudio Janta; o Sr. Luciano Alabarse, Secretário Municipal da Cultura; o Sr. Sebastião Melo, ex-Vice-Prefeito de Porto Alegre. O Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vou explicar a nossa dinâmica nas audiências públicas nesta Casa começa com uma exposição inicial do autor do projeto, no caso é o Poder Executivo; logo em seguida as manifestações do plenário – dez inscrições –, intercaladas com a fala dos Vereadores inscritos. O Sr. Leonardo Busatto, Secretário da Fazenda, está com a palavra.

**O SR. LEONARDO BUSATTO:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É sempre salutar termos um debate de um projeto tão importante para a Cidade com

---

presenças tão ilustres como temos nesta noite. Volto a dizer, é uma honra, para mim, estar nesta tribuna, uma tribuna que a minha mãe, por 16 anos, participou aqui como Vereadora, e eu estar aqui no mesmo lugar em que ela esteve me deixa muito emocionado, fico muito satisfeito e muito feliz. Uma questão também importante: o lugar mais apropriado para se debater um projeto deste quilate, deste tamanho, que afeta a todos os porto-alegrenses é nesta Casa, é a Casa que representa a totalidade dos porto-alegrenses, onde os Vereadores que foram eleitos representem todos os estratos da sociedade e aqui, com certeza, é o lugar mais apropriado para promover este debate. Então, estamos num lugar certo, mesmo que tenhamos feito outras conversas fora desta Casa, mas o plenário é soberano e o lugar mais apropriado.

Eu farei uma exposição rápida, o projeto é complexo, é denso, depois de 26 anos não é um projeto simples, mas a gente quer fazer um breve resumo do que ele representa.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**O SR. LEONARDO BUSATTO:** Primeiramente, a autorização da planta genérica de valores de IPTU de Porto Alegre é uma revisão necessária depois de 26 anos. Primeira questão que temos que colocar: o IPTU de Porto Alegre é o tributo mais injusto do País, disparado. Não há nenhum lugar do País, dentre as grandes capitais, que se paga valores tão diferentes pelos imóveis de mesmo valor. Ou seja, não tem nenhum um lugar em que a planta de valores é tão distorcida quanto a da cidade de Porto Alegre. Ele é excessivamente baixo para muitos contribuintes que têm os seus impostos subsidiados pelos demais contribuintes. A reorganização do IPTU é urgente. E aqui eu quero pontuar uma questão muito importante: temos que sempre separar a questão da planta de valores da questão fiscal. Nós não podemos misturar os temas. A reorganização da planta genérica de valores de Porto Alegre é urgente, e eu vou demonstrar aqui o porquê. E a questão fiscal, a questão das alíquotas, a questão do prazo, esse é um outro debate que nós também temos que enfrentar.

Primeiramente, colocar essa tabela, Porto Alegre desde 1991 não realiza uma correção completa dessa planta de valores. Em 1999, houve uma tentativa, mas foram barrados por freios inflacionários que não permitiam subir mais do um determinado índice de inflação. Em 2003, teve uma pequena correção numa região da Cidade onde o IPTU é

---

extremamente baixo, mas isso, de longe, resolveu o problema que existia e ainda existe na cidade de Porto Alegre. O Rio de Janeiro, nobres Vereadores, que desde 1997 não atualizava a planta, acabou de atualizar, na semana passada, promovendo justiça no seu IPTU. São Paulo, que apesar de ter obrigatoriedade de revisar sua planta em 2017, já revisou duas vezes nesse período, 2009 e 2013. Então, não é possível que todas as demais capitais do Brasil estejam erradas e Porto Alegre esteja correta.

Aqui eu trago uma reportagem do dia de hoje do jornal do comércio que coloca não só uma recomendação do Tribunal de Contas que a necessidade da atualização da planta de valores é urgente, e a não atualização implicaria em renúncia de receita, como eu destaco a última frase: “Renúncia de receita com prejuízo direto ao erário”. Existem apontamentos, desde de 2010, em que a Prefeitura de Porto Alegre não corrige a planta de valores, os gestores, desde então, podem ser inclusive multados por não corrigir a planta, promovendo uma tributação completamente injusta dentro da cidade de Porto Alegre, e abrindo mão de receita pública, renúncia de receita é sim, um dos motivos de multa pelo Tribunal de Contas. Não sou eu que estou dizendo, não é o Prefeito Marchezan, é o Tribunal de Contas, um órgão que todos nós reconhecemos como um órgão que tem excelência na análise das questões que dizem respeito à Cidade.

Vinte e seis anos depois, a Cidade mudou. Em 1991, a Cidade era outra, não havia o BarraShoppingSul; a Av. Juca Batista não havia sido alargada; não havia 3ª Perimetral; a Arena do Grêmio não havia sido construída; o Estádio Beira Rio não havia sido remodelado. Ou seja, a Cidade se desenvolveu, algumas áreas valorizaram mais que outras, e as disparidades do IPTU só aumentaram.

Aqui eu trago alguns casos concretos em bairros variados da cidade de Porto Alegre. Imóveis com valor de mercado muito distinto pagando o mesmo IPTU. Aí chamo a atenção, Vereadores, para um imóvel no bairro Lomba do Pinheiro, que custa R\$ 79.490,00, pagando R\$ 384,00; enquanto um imóvel em Teresópolis, que vale R\$ 1.592.000,00, paga R\$ 343,00; no Belo Vista, um imóvel de R\$ 470 mil, paga R\$ 370,00. A não correção da planta de valores do IPTU fará com que o morador da Lomba do Pinheiro que tem um imóvel de R\$ 79 mil continue pagando o mesmo IPTU do morador do bairro Bela Vista, que tem um imóvel de R\$ 470 mil, ou um proprietário de um imóvel em Teresópolis, que vale R\$ 1,5 milhão e paga R\$ 343,00, mas tem bairros e valores para todos os gostos, agora o IPTU é o mesmo. É justo? Obviamente que aquele

---

proprietário de imóvel do bairro Bela Vista ou do bairro Teresópolis deve estar querendo matar quem propôs a atualização da Planta, paga R\$ 340,00 por ano, agora o que dirá daquele morador da Lomba do Pinheiro que paga os R\$ 384,00 por ano? Imóveis pagando valores irrisórios de IPTU, esse valores irrisórios são custeados por nós todos que pagamos valores razoáveis, imóveis pagando R\$ 1,39, R\$ 1,59, R\$ 2,99 ao ano - ao ano -, e não é nem um nem dois, nem três e nem quatro, são dezenas, centenas e milhares de imóveis pagando IPTU irrisório, ou seja, alguém está pagando por eles. Imóveis avaliados pelo mesmo valor na Prefeitura pagando IPTU completamente diferente, um no bairro Belém Novo pagando R\$ 6,40, no bairro Teresópolis R\$ 9,80, na Lomba do Pinheiro R\$ 390,00 na Cidade Baixa R\$ 200,00, todos eles pela Planta de Valores de Porto Alegre custam R\$ 45 mil, primeiro que não custam R\$ 45 mil, se alguém achar um imóvel de R\$ 45 mil pode me apresentar que eu vou tentar comprar, porque não existem imóveis de R\$ 45 mil, mas para o IPTU de Porto Alegre eles existem e pagam aqueles valores de IPTU. Imóveis com mesmo valor de mercado pagando IPTU muito distinto, aqui valores maiores, R\$ 520 mil, imóveis que foram comercializados e o ITBI, a avaliação da Prefeitura foi de R\$ 520 mil, um imóvel com três anos, um apartamento num condomínio com estrutura de clube, pagando R\$ 263,00 de IPTU ao ano, outro imóvel uma cobertura de 26 anos no bairro Nonoai, pagando R\$ 886,00 ao ano e um imóvel de 16 anos no bairro Petrópolis pagando R\$ 1468,00 ao ano de IPTU, sendo que os imóveis valem a mesma coisa. Bairro Bela Vista, outro exemplo, no mesmo bairro, imóveis que valem mais ou menos R\$ 350 mil, ali estão os endereços, com IPTU variando entre R\$ 500,00 e R\$ 1.400,00. Outros dois casos de R\$ 460 e R\$ 490 mil, um pagando R\$ 622,00 e o outro R\$ 2.125,00. E, por último, para não mostrar que o problema não é só nos imóveis com menor valor, dois imóveis que valem R\$ 2,3 milhões, um pagando R\$ 9.597,00 e o outro R\$ 5.622,00. São imóveis que valem R\$ 2,3 milhões. Não é justo que eu financie a conta do IPTU do meu vizinho, e não é justo que o meu vizinho financie o meu IPTU.

Valor simbólico, a gente olha na penúltima coluna, imóveis em todas as regiões da Cidade: R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, R\$ 26 mil, até R\$ 30 mil. Se houver algum imóvel que vale até R\$ 30 mil em algum daqueles bairros de Porto Alegre, com certeza, muitos gostariam de comprar. Mas esta é a realidade da planta de valores. E não só estes, 36% dos imóveis que constam na planta de valores do IPTU de Porto Alegre valem menos de R\$

---

50 mil, praticamente um carro popular. Alguém acredita que esses imóveis valem menos de R\$ 50 mil? Ou aqueles valem menos de R\$ 29 mil, R\$ 30 mil? Fora o que eles pagam de IPTU: R\$ 26,00 R\$ 28,00 R\$ 34,00, nenhum deles pagando mais de R\$ 100,00 por ano.

Imóveis milionários com valor de mercado de R\$ 1 milhão – também tem bairros para todos os gostos: Chácara das Pedras, Tristeza, Boa Vista, Teresópolis, Vila Nova – pagando R\$ 120,00, R\$ 150,00, R\$ 300,00, R\$ 500,00, R\$ 600,00, R\$ 800,00, R\$ 900,00, todos eles valendo mais de R\$ 1 milhão de valor. Não é o valor que a Prefeitura estabelece, é o valor que é de mercado, foi transacionado por este valor, e o ITBI avaliou que esse era o valor correto. Então, esse é um pouco da realidade. Quem paga do que isso – e olha que imóveis milionários pagam menos de R\$ 1 mil – provavelmente não acha justa a planta de valores do IPTU.

Por fim, uma questão importante, a gente não pode aqui dissociar: o IPTU é um tributo. Se nós pegarmos a receita corrente líquida do Município, equivale a 7,5%, ou seja, os demais tributos e transferências representam 92,5% das receitas do Município de Porto Alegre. Se o projeto fosse eminentemente arrecadatário, iríamos mexer no IPTU, que representa 7,5% ? Ou no ISS, que é quase 20% da receita corrente líquida? O ISS é um imposto muito mais danoso para a economia, um imposto regressivo, um imposto que afeta aqueles que são mais pobres e prejudica o consumo de bens e serviços, assim como o ICMS, não um imposto que é neutro, como o caso do IPTU, que se paga pela sua capacidade contributiva ou o seu patrimônio. Mas vamos comparar, Porto Alegre está abaixo de São Paulo que tem 17%; Rio de Janeiro que tem 11%, vai aumentar, acabou de atualizar a planta, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Curitiba tem caído; Fortaleza, provavelmente, em 2017, já passará Porto Alegre. Nós estamos em uma cidade dicotômica. Às vezes somos meio esquizofrênicos até, nós adoramos uma Prefeitura grande, adoramos os serviços, nós cobramos saúde, educação, segurança, transporte, capina, coleta de lixo, tapa buraco, todos querem isso, mas querem pagar pouquíssimo imposto. Essa é a verdade. Todo mundo vai para São Paulo e acha legal, bacana, seguro, maravilhoso, mas 17% da receita líquida de São Paulo é de IPTU. Pode passar.

Dados gerais de Porto Alegre. Hoje os porto-alegrenses pagam mais IPVA do que IPTU, sendo que 50% do IPVA fica para o Estado do Rio Grande do Sul, quando que cem por cento do IPTU fica na cidade de Porto Alegre, mas nós pagamos mais IPVA do que IPTU.

---

Em média, quem mora em condomínio paga por mês mais condomínio do que paga por ano em IPTU. E para quem quer um dado mais econômico: em 1997 o IPTU apresentava 0,79% do PIB; em 2015, 0,55%. Enquanto isso, a União vem aumentando sua carga tributária, o Estado vem aumentando a sua carga tributária e os Municípios com cada vez mais atribuições de saúde, educação e agora até de segurança, diminuindo a sua participação na carga tributária do País. Talvez os municípios tenham ficado para trás na discussão federativa, e é verdade, talvez os prefeitos não tenham tanta força quanto o Presidente da República e os governadores. Mas o fato é que os municípios têm cada vez mais atribuições e competências e cada vez menos dinheiro.

Aqui um exemplo de carro e apartamento: um carro de R\$ 30 mil, paga-se 3% de IPVA, ou seja, R\$ 900,00; um apartamento de R\$ 200 mil, paga-se 0,33% de IPTU, ou seja, R\$ 660,00. Podemos ver a comparação para todos os tipos de carro e apartamentos. O IPVA chega a tributar dez vezes mais do que o IPTU em relação ao seu patrimônio.

Como é que vai ficar? Já vimos que alguma coisa tem que ser feita. Conviver numa cidade que tem imóveis pagando um real, dois reais, três reais ou que meu vizinho paga metade, um terço, um quinto do que eu pago, sendo que eu tenho um imóvel de mesmo valor, no mesmo bairro, todos concordamos que alguma coisa tem que ser feita. Nós vamos propor, e tem que ter coragem pra propor.

Mais de 40% dos imóveis vão pagar menos ou serão isentos, 303 mil imóveis pagarão menos ou serão isentos, ou seja, 142 mil – 19% – imóveis terão redução e 161 mil – 22% – imóveis serão isentos, aqueles que têm valor até 60 mil reais, isto é, um aumento de 58% sobre o que é hoje. Nós vamos reduzir o IPTU de quem já tem o valor venal correto. Vai reduzir para a maioria dos imóveis que pagam hoje até 500 reais de IPTU. Quem paga hoje até R\$ 500,00 em média, de IPTU terá redução do seu IPTU. O número de isentos aumentará em 58% e quem pagou mais nesse período foi penalizado por décadas, pagando mais do que deveria.

Imóveis de mesmo valor vão pagar o mesmo IPTU, o que é lógico. Se eu tenho um imóvel de R\$ 300 mil, eu tenho que pagar o mesmo IPTU do meu vizinho, do meu amigo, do meu parente que tiver um imóvel de R\$ 300 mil. É uma questão de transparência. Todas as alíquotas serão reduzidas, não terá nenhuma alíquota que vai se manter. Então teremos uma transparência do cálculo: IPTU lançado, é IPTU calculado. Eu pego meu imóvel, coloco na alíquota e sei quanto eu pago de IPTU. Praticamente nenhum imóvel dos



---

contribuintes deste plenário, se eu pegar a alíquota de 0,85% e multiplicar pelo seu valor, não vai dar o valor do IPTU. Ninguém sabe, é mais fácil; como ninguém sabe, não é transparente, ninguém precisa saber quanto eu pago de IPTU. Para quem tiver aumento o máximo, ao ano, é 30%, mesmo que eu pague R\$ 10,00, R\$ 12,00, R\$ 20,00, e eu deveria estar pagando R\$ 200,00. Mesmo assim, nos três primeiros anos, no máximo será 30%. E ainda assim o aumento médio na guia do IPTU, que inclui a taxa de quota de lixo, será de 13,4% escalonado em quatro anos. Essa é a proposta. Se quiserem prorrogar para seis ou oito anos, ou diminuir, é uma decisão da Câmara de Vereadores.

Porto Alegre já tem uma das menores alíquotas entre as principais capitais e vai reduzir ainda mais. Se olharmos em relação a outras capitais, continuaremos tendo das menores alíquotas de IPTU do Brasil. Mas todos gostam de prefeitura grande. O gaúcho adora o Estado grande, um Estado que tem banco público; uma Prefeitura que tem uma empresa de transporte público. Nós adoramos público, só não queremos pagar por ele. Essa é a realidade. Nós queremos um estado grande e não queremos pagar por ele. Quando nós propomos aqui mudar alguma coisa, tanto dos servidores públicos, meu Deus! Quando propomos, aqui, alguma coisa para reduzir despesa em uma área, todos são contra. É que nem na nossa casa, se eu tenho mais despesa, eu tenho que ter mais receita. Eu tenho que pagar essa conta.

As alíquotas propostas serão de vários tipos. Nós teremos alíquotas diferenciadas para espaços de estacionamento, box residenciais e não residências. Instituiremos alíquotas variáveis, não será uma alíquota única, será uma alíquota variável, quem tiver imóveis menores, pagará menos alíquota, e quem tiver imóveis mais caros, pagará uma alíquota maior. Todas elas sendo reduzidas.

As isenções, um tema muito polêmico. Nós temos aumentando a isenção daqueles imóveis que hoje são avaliados. Hoje a isenção é de até R\$ 13 mil, o proposto é para até R\$ 60 mil. Nós aumentaremos em 60 mil imóveis, daqueles mais humildes, que serão isentos. Nós estamos eliminando algumas isenções automáticas, eliminando algumas isenções condicionais e criando uma isenção automática para viúvas, órfãos menores, portadores de doenças. Todas essas isenções serão de maneira automática. Hoje, aposentados até 3 salários mínimos têm que ter um imóvel até R\$ 240 mil sem restrição do número de imóveis. Então o aposentado pode ter dois, três, quatro, cinco imóveis e continuaria tendo isenção de IPTU. A nossa proposta é que os aposentados, hoje, tenham

---

isenção para o seu imóvel único em Porto Alegre, até R\$ 70 mil. É uma isenção muito polêmica, mas acho que o debate é muito válido, é a isenção de entidades esportivas, culturais, recreativas e clubes de futebol. Já temos conversado, podemos fazer propostas para mudar isso, mas o importante é que o debate se torna em relação a isso: para alguém não pagar IPTU, outros estão pagando IPTU. Isso é fato. Vou colocar aqui, o Grêmio e o Inter não pagarem pelos campos até pode ser justo, mas será que é justo o Grêmio e o Inter não pagarem pelos seus espaços de estacionamento, que são cobrados? Será que não é justo o Grêmio e o Inter, e outros clubes, inclusive, pagarem por seus imóveis que são alugados para restaurantes, para lojas? Será que isso é justo? Ou será que é justo todas as entidades terem isenção sem dar nenhuma contrapartida para o Poder Público, para a sociedade, será que isso é justo? Eu coloco uma questão, porque é esta Casa que vai decidir como é que vai ser tratada a questão dos clubes, sabendo que muito clubes, e nós sabemos disso, não têm condições nem de se manter. A crise nos clubes é grande. Então vamos tratar disso. Aqueles clubes que não têm condições, vamos discutir. Agora, alguns que têm condições ou poderiam devolver essa isenção que muitas vezes é milionária em serviços públicos. Clubes que às vezes estão parados à tarde, não tem ninguém usando, será que eles não poderiam abrir para uma escola pública? Não poderiam dar aula para crianças de escolas públicas ou para as crianças da FASC? Acho que é uma questão a ser refletida.

Aqui, para quem houve aumento para ter uma graduação, obviamente, mesmo que depois de 26 anos se paguem valores menores, ainda vai ter quatro anos pela nossa proposta para que ele pague até 2021 o valor correto.

Como ficaria a distribuição dos imóveis? Hoje, como eu falei, um terço dos imóveis tem um valor venal até R\$ 50 mil, e somente 3% dos imóveis pela nossa base vale mais de R\$ 500 mil em Porto Alegre – obviamente isso não é real. A nossa proposta não vai mudar tão radicalmente, mas vai fazer com que 9% dos imóveis continuem valendo na nossa planta até R\$ 50 mil, e 10% dos imóveis de Porto Alegre sejam tributados com valor venal acima de R\$ 500 mil. Eu acho que reflete um pouquinho melhor a realidade dos imóveis no Município de Porto Alegre.

E como vai ficar o IPTU em média? Hoje, 13,64% dos imóveis não paga nada; a nossa proposta é que 21,51% dos imóveis não pague nada. Até R\$ 100 mil, 38,5% dos imóveis pagam até R\$ 100,00 por ano; a nossa proposta vai para 31%. Até R\$ 200 mil, 50,8%; a



---

nossa proposta é 44,4%. Hoje mais ou menos 15,5% pagam mais de R\$ 1 mil por ano, e a nossa proposta é R\$ 24 mil. Eu acho que não é uma proposta tão fora da realidade, depois de 26 anos nós termos esse ajuste em alguns pontos percentuais para quem paga mais e diminuição para quem paga menos.

Como vai ficar na prática? No boleto: quem tem um boleto de zero a R\$ 100,00, incluindo IPTU e taxa de coleta de lixo, que não será alterada, terá em média uma redução de 21,5%; de 100 a 200, 23,77%; de 200 a 300, 16,49%; quem paga até R\$ 500,00 atualmente vai ter uma redução do seu IPTU. Obviamente quem paga mais IPTU terá um aumento: são as regiões mais valorizadas, são os imóveis que mais valorizaram ao longo desse tempo, também é justo que paguem um valor de IPTU maior.

Ainda estamos trazendo uma experiência de várias cidades que é o IPTU voluntário. Mesmo aqueles imóveis isentos, as pessoas que quiserem contribuir com a sua Cidade e quiserem pagar o IPTU terão possibilidade, porque muitas pessoas humildes querem pagar e não podem, porque é uma questão de cidadania, então elas vão poder pagar. A nossa proposta é não cobrar daquele que não pode pagar. Mas se ele quiser pagar, ele vai poder pagar, inclusive escolher onde ele quer aplicar o seu recurso. Inclusive aqueles que já pagam IPTU e que quiserem pagar um pouco a mais, mas escolher se ele quer no seu bairro, na sua rua, ou na cidade, câmeras de segurança, operação tapa buracos, recuperação de uma praça, também vai poder votar e escolher. Essa proposta nós colocamos também no projeto de lei. Cem por cento da arrecadação de IPTU de Porto Alegre é investida em Porto Alegre. O ICMS que todos pagamos e ninguém percebe, é 25% o que fica em Porto Alegre. IPVA, 50%. O que a gente paga para Brasília, não vou nem dizer o que volta para Porto Alegre. Se é que volta! O IPTU é 100% de Porto Alegre. Não é um projeto de Governo. Se fosse um projeto de Governo, botaríamos escalonamento até o último ano de Governo. O maior impacto, a maior arrecadação, é para o primeiro ano do próximo Governo, que terá o reajuste, a correção, cheia. Nobres Vereadores que estão aqui, será que seus partidos não estarão aqui daqui a quatro anos? Será que não é hora de enfrentar esse debate agora?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

---

**O SR. LEONARDO BUSATTO:** É um debate, Vereador, acho que é importante. É uma questão. Esse projeto não é de Governo, é um projeto da Cidade. Se fosse só uma questão de Governo, a gente poderia resolver de outra forma. Esses breves *slides* trazem um pouquinho da questão do projeto do IPTU de Porto Alegre. Acho que a gente tem que discutir, essa Casa é o lugar ideal para discutir. Creio que a questão da planta de valores tem que ter corrigidas suas distorções, e a discussão de alíquotas, de transição, de tempo, do que é melhor para a Cidade, os próprios Vereadores aqui vão escolher. É o que sempre digo: o melhor projeto para a Cidade vai ser o que a Câmara de Vereadores votar. O que a Câmara de Vereadores votar, o consenso dos Vereadores ou a maior parte dos Vereadores escolheu ser o melhor para a Cidade. Agradeço mais uma vez a oportunidade. Desculpem pelo tempo. Fico à disposição para eventuais perguntas. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Secretário Leonardo. O Sr. Henry Starosta Chmelnitsky, do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região, está com a palavra.

**O SR. HENRY STAROSTA CHMELNITSKY:** Boa noite a todos, Sr. Presidente, em seu nome cumprimentamos todos os presentes, a Mesa, Vereadores, amigos; só a apresentação do Secretário já justifica o nosso ponto de vista. Ele parte de duas premissas, primeiro, de que nós, representando um setor extremamente sensível da sociedade, que é a gastronomia e o turismo, e que independente de crise, fomenta a economia e gera empregos. Então, o que Sr. Secretário colocou na sua apresentação, por si só é justificativa para nós discutirmos esse projeto com muito detalhe, com muita calma, com muita transparência e sem pressa. A pressa nesse caso vai ser um tiro no pé da sociedade como um todo e vai cometer injustiças profundas em prol, em nome de uma arrecadação de um aumento de imposto que nós não discutimos de que tenha que haver uma revisão na planta. Nós não estamos aqui contra o projeto ou contra a revisão da planta. Nós entendemos, sim, que precisa de calma, que precisa de transparência e precisa de um debate público. Não é razoável que o projeto tenha entrado há 30 dias na Câmara Municipal e só hoje houve o pedido do Líder do Governo para que o projeto passasse pela Comissão Mista em sentido de urgência. Isso não nos parece democrático

---

e não nos parece adequado ao tipo de projeto. Esse tipo de projeto precisa, sim, ser discutido, como nesta audiência pública, com muita calma e com muita transparência. Evidente, que nós tendo incremento de receita, mesmo que seja um incremento de receita acima da justiça, ela tem que reverter para o bem público, e a nossa Cidade está precisando, sim, de intervenções profundas. Porque o nosso setor que depende da segurança, da iluminação, de áreas limpas, de áreas bem cuidadas, de um Centro Histórico preservado, ele hoje está à mercê dos camelôs, está à mercê do quebra-quebra e do *crack*. Então, essa discussão em cima de aumento tem que estar calcada e focada na direção de resolver esses problemas já existentes. Outro detalhe extremamente importante: se nós hoje estamos realizando esta audiência pública, de que forma todas as contribuições que vão aparecer aqui terão tempo de ser apreciadas e colocadas dentro de um projeto onde elas serão votadas com regime de urgência? Então, ou esta audiência pública é verdadeira e realmente quer algo de construção, de contribuição, ou ela só é uma questão pró-forma? Nós entendemos, sim, que esta audiência pública tem que ser geradora de informação, geradora de dados para que este projeto tenha fundamento e possa trazer a contribuição necessária à nossa Cidade. É evidente que o impacto e a importância do assunto na vida das pessoas vai afetar diretamente o bolso de cada um. Nós estamos vivendo num Estado onde os salários não são pagos, nós estamos vivendo num Estado que não tem investimentos há muitos anos, nós estamos vivendo num Município com sérios problemas, então nós, hoje, gerarmos mais despesas, ou melhor, transformar em imposto, como quer dizer, tudo isso vai sair de onde, se nós não temos mais receitas? Os empresários, os próprios funcionários, hoje a sociedade está realmente achatada, não pode ser o Poder Público que baixe aqui, através de um decreto, e impute à sociedade como um todo um ônus que deveria começar, primeiro, pelo R\$ 1 bilhão que tem para ser cobrado dos IPTUs que não estão pagos; R\$ 1 bilhão é onde o Município deveria colocar a sua força inicialmente, antes de querer buscar essa receita através de aumento de imposto – R\$ 1 bilhão! Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Henry. O Sr. Paulo Roberto Fam, da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

---

**O SR. PAULO ROBERTO FAM:** Cumprimento a Mesa, o Secretário, senhoras e senhores, Vereadores presentes, autoridades, boa noite. Represento aqui a Sociedade de Engenharia, com muita honra, porque somos uma sociedade autônoma, isenta, que não representa corporativismo algum. Nós vivemos com recursos gerados pelos nossos próprios sócios, então nos sentimos à vontade para fazer essa manifestação, que, dentro da nossa missão, tem o sentido de trabalhar pelo bem da sociedade.

Escutei atentamente a colocação do Secretário e vou me permitir discordar de algumas colocações, principalmente essa que diz que a planta de valores da cidade de Porto Alegre não é corrigida há 21 anos. Isso não é uma verdade; pode ser, no máximo, uma verdade parcial. O IPTU é uma alíquota aplicada em cima de um valor venal. O valor venal, quando só terreno, é o valor do terreno, o valor de mercado, segundo a lei; quando tem uma construção, é o valor do terreno mais o valor da construção que está em cima desse terreno. A cidade de Porto Alegre sofreu já duas correções nessa planta que estabelece o valor venal dos imóveis: uma em 1999, que foi a Lei Complementar nº 437/99 – aumento que foi implementado no ano 2000; e outra em 2012, através do Decreto nº 18.040. Esses dois instrumentos corrigiram as plantas de valores da Cidade, majoraram significativamente – eu vou apresentar no quadro a seguir.

Como, em Porto Alegre, 96% dos terrenos são construídos, imagino que o poder municipal, talvez por alguma dificuldade técnica, por uma planta de valor venal de terrenos - é uma coisa mais complexa -, tenha optado, nessas ocasiões, trabalhar só em cima das plantas de valor de construção, porque assim já teriam atingido 96% dos imóveis. A lâmina seguinte. É isso que eu tinha dito. Esta aqui é uma pesquisa rápida que foi feita pela sociedade de engenharia na Internet, essa lei, 437, alterou, como eu disse, as plantas de valores das construções, conseqüentemente, alterou a planta de valores de todos os imóveis, porque 96% dos imóveis dos terrenos de Porto Alegre já estão ...

Bom, o que eu quero mostrar é o seguinte: de que 2000 para 2013 houve um reajuste de 175% na planta de valores, enquanto a inflação foi 84. Para 2017, que a Prefeitura publicou ontem os valores que adotou, também já teve um reajuste em cima de 2013, de mais 33%, sendo que a inflação foi 29. E essa proposta agora encaminhada, se aprovada, reajusta em mais 60%, de 2017 para 2018, acarretando um acréscimo de 60%, quando o IPCA foi 13,46.

---

Outros tipos de construção também, só para ser rápido, vou pegar a última linha, alvenaria, de edificação de três a cinco pavimentos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O seu tempo terminou, eu agradeço. Infelizmente, se eu lhe der um tempo adicional vou ter que dar a todos os demais inscritos. Nós temos uma questão regimental, e vou ter que chamar o próximo orador.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Eu creio que o debate sobre o IPTU, Vice-Prefeito Paim, Secretário Busatto, o Governo trouxe muito tarde à Câmara de Vereadores para que seja votado sem nenhum debate a rigor. Se o objetivo é votar já para que possa ter validade, é evidente, qualquer um que estude minimamente o assunto sabe que não há nenhuma possibilidade de uma investigação rigorosa, um estudo para que haja uma proposta aprovada nessa velocidade. Porque, de fato, nós reconhecemos que o tema da atualização do valor venal dos imóveis é justo, é correto, mas justamente por ser algo que faz tanto tempo que não ocorre, e nós sabemos que têm distorções provocadas pela rejeição da progressividade. O Governo do PT estabeleceu a tentativa de um IPTU progressivo e isso foi vetado. Tivemos varais isenções que efetivamente distorceram a planta. Então, a atualização faz sentido, só que para fazê-la o Governo introduziu mecanismo importante nesse caso que foi reintroduzir a progressividade. A progressividade estava quase sendo imposta pela própria ideia da atualização, não havia como fazer atualização sem fazer a progressividade, porque os próprios dados do Governo indicavam que isso significaria um enorme salto nos tributos. Mas o Governo passou o primeiro semestre inteiro, e até agora continua, estabelecendo conflito na Cidade. Primeiro, conflito com os servidores: no primeiro semestre inteiro os auditores em vez de estarem trabalhando em propostas e discutindo com os Vereadores e com a sociedade civil a possibilidade de atualização – eu vi aqui na Câmara de Vereadores – estavam se mobilizando. Em vez de ficarem se dedicando centralmente a propostas para a Cidade, tiveram que viver como sindicalistas. Como uma categoria organizada se mobilizando! Isso vale para os auditores e para todos os servidores públicos do Município; segue sendo um padrão. aqui nesta Casa têm projetos em relação aos servidores

---

públicos municipais que são projetos que reduzem salário nominal, não é redução de três por cento como foi a atualização do Previmpa. É redução de salário nominal que tem um impacto brutal na vida das pessoas. Então, nem vou falar do transporte que é outro elemento de conflito, vários Vereadores tiveram que ir à Justiça para derrotar um decreto do Governo e felizmente que Justiça deu razão para a ação que nós tivemos, mas isso significa que a Câmara de Vereadores, em vez de se debruçar de modo sereno sobre um projeto que tem impacto na vida de todas as pessoas da Cidade, é obrigada o tempo inteiro a atuar sob tensão, porque o Governo passa o tempo inteiro pautando a cidade para a cidade ser tensionada por conflitos ora contra os servidores públicos, ora em relação ao transporte, ora em relação a museus, enfim, todo o tipo de problema. Isso impossibilita um debate real, profundo sobre esse tema complexo. Basta ver os dois oradores que me antecederam, representantes de setores importantes, tanto na área da hotelaria quanto na área da engenharia, e que colocam uma série de problemas. Nós mesmos reconhecemos que é importante ter progressividade, mas demos uma pausa. O Governo fez a progressividade até um ponto, depois disso as altas propriedades mesmo, o Governo estabeleceu uma alíquota comum entre a classe média, uma fase da classe média alta, e grandes propriedades ficaram com a alíquota igual. Acho que inclusive, se o Governo realmente quisesse dar uma idéia simbólica de que é preciso de fato ter uma progressividade, não só simbólica também, porque se tivesse estabelecido uma alíquota superior, por exemplo, às altíssimas propriedades, de mais de dois milhões ou cinco milhões, nós temos propriedades de cinco milhões, poderia inclusive ajudar a um financiamento de uma política habitacional popular, que a Prefeitura não tem. Então, o tema infelizmente é um tema que exige muito debate, e o Governo está infelizmente atrasado, e a Câmara não vai poder se submeter ao Governo, que estabelece conflito o tempo inteiro e quer passar também o aumento de imposto sem a devida discussão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Sra. Lissandra dos Santos Thomsen, da Associação Residencial Ecoville e Condomínio Vivenda Ecoville, está com a palavra.

**A SRA. LISSANDRA DOS SANTOS THOMSEN:** Boa noite, estou aqui representando a Associação Residencial Ecoville, e além do Condomínio Vivenda Ecoville mais cinco



---

condomínios no bairro da Zona Norte de Porto Alegre, represento em torno de seis mil moradores esta noite. O nosso bairro já contribui, além do IPTU mensal, com um valor em torno de R\$ 500 mil/ano, para que nós possamos manter as nossas praças limpas, o bairro (Ininteligível.) e organizado. Ao longo das gestões, por longe passou a verba do IPTU no Ecoville. Então, eu pergunto: antes de pensar no aumento do IPTU, para onde vai a verba do IPTU?

Além de tudo, para cada festa que hoje é feita em Porto Alegre, nós pagamos a taxa para a SMAM, para o DMLU, então pensar em aumento de IPTU sem antes discutir longamente esse assunto é inviável. Qualquer síndico de condomínio, como o senhor mencionou, Secretário, visa à redução da alíquota de condomínio, não ao aumento. Nós visamos à qualidade no serviço prestado com a redução da cota condominial, não com o aumento.

E aí fica a questão: cobrar mais não significa que teremos melhoria no serviço prestado. Antes de pensar em aumento na taxa de IPTU, a Prefeitura precisa provar para a população de Porto Alegre que o destino do IPTU vai ser bem colocado.

Da forma como atualmente acontece, nós não temos iluminação, o projeto Tapa-Buracos não funciona. No bairro onde nós moramos, se nós não pagarmos para termos uma praça limpa, ao tempo que nós necessitamos, nós não temos. Isso foi comprovado, nós temos um trator que trabalha à custa dos moradores. A cada melhoria que fazemos no bairro, nós fazemos um pedido junto à Prefeitura e a única resposta que nós temos é de que não há dinheiro.

Então, antes de falar em aumento do IPTU, falem, por favor, para onde vai a arrecadação do IPTU. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Sr. Marcos Antônio Leal Gomes está com a palavra.

**O SR. MARCOS ANTÔNIO LEAL GOMES:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esse projeto da relação do IPTU, nós temos que ver o impacto que ele está causando e o que ocasionará nas áreas que receberem infraestrutura tanto privada quanto pública. Temos que fazer esse debate, Sr. Secretário, porque os investimentos públicos e privados vão valorizar algumas áreas. Eu quero deixar isso bem claro,

---

principalmente na Tronco, fazer uma análise em cima da Tronco, porque depois que for construída a obra, com certeza aquela área vai ter uma supervalorização. E aquelas pessoas que residem lá, que são de baixa renda, como irão pagar o reajuste dos seus IPTUs? Aliás, pergunto mais: dentro de uma sociedade em que estamos vivendo hoje quem tem reajuste salarial que possa suportar uma carga tributária que aumenta em até 50% o IPTU, sabendo, inclusive, que no Estado e no Município parcelam-se salários? Pergunto mais, Sr. Secretário: é sabido que existe R\$ 1 bilhão que falta nos cofres públicos por causa dos grandes latifundiários de Porto Alegre. Qual é a política que está sendo efetuada para que haja a cobrança desses grandes latifundiários, ou só as pessoas de baixa renda e a classe média é que vão pagar pelo reajuste desse IPTU? A redução, também dentro do projeto, Sr. Secretário, diz que os terrenos que não têm edificação terão a redução da taxa de imposto. Eu pergunto: isso beneficia quem? Ao latifundiário, não ao trabalhador que precisa honrar com seu compromisso. Pois bem, Sr. Secretário, sabemos que Porto Alegre precisa sim ressarcir os cofres públicos, precisamos ter uma contenção de despesas, Sr. Secretário, mas não podemos aceitar que sejam gastos R\$ 5 milhões para vermos o nosso Prefeito dançar o “marchezito” com o dinheiro público que a classe trabalhadora paga, esse último contrato com publicidade que foi feito.

Por fim, Sr. Secretário, o senhor falou no nosso grande Cezar Busatto e na Clênia Maranhão, companheiros de luta, dedicados, que construíram e lutaram por esta Cidade. E, neste momento, quando o senhor usou a palavra no início, parece que quis desconstituir a história dessas pessoas que tinham vínculo social e que lutavam pela redução de impostos, lutavam pelo direito da classe trabalhadora. Por que essa desconstituição? Temos que ter respeito, Sr. Secretário, com essas pessoas que dedicaram... A própria Clênia dedicou 16 anos da sua vida neste Parlamento em defesa da classe trabalhadora e da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Sr. Marcos. O Sr. Joarez Tejada Franceschi, representando a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre – Aiamu, está com a palavra.

**O SR. JOAREZ TEJADA FRANCESCHI:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sinto-me muito à vontade estar aqui como representante dos auditores do

---

Município de Porto Alegre. Venho aqui dizer que esta Câmara não pode perder a oportunidade de aprovar a correção da planta de valores. É uma antiga demanda nossa, não é de hoje, nem deste Prefeito. Tenho aqui em mãos, de 2006, uma revista da Aiamu com uma entrevista com o nosso sempre Vereador, João Antonio Dib, em que é dito que a planta de valores de Porto Alegre tem que ser revisada. O exemplo disso é que na atual planta, a Rua Miguel Tostes é mais valorizada que a Rua Mostardeiro, o que não tem cabimento. Só que atenção: revisar ou atualizar a planta, não tem nada a ver com aumento exacerbado de imposto, e, sim, com a justiça tributária, ou seja, 2017 ainda estamos no mesmo ponto, não evoluímos, não mudamos. Colocou o colega do SERGS algumas observações, que até vou fazer algumas correções, embora perca um pouco do meu tempo. Em 1999 a alteração que houve – o fim da progressividade. Então, houve um pequeno artifício para que não houvesse uma diminuição na receita total, ou seja, que o lançamento anual fosse o mesmo. Mesmo assim, esse artifício se mostrou inócuo porque houve uma lei que aprovou um artigo que não deixava o aumento de IPTU ser maior que a inflação, ou seja, se mostrou totalmente inócuo. Em 2002, houve uma pequena correção também que afetou faces de quarteirões que, com passar do tempo, ficaram reduzidas a centavos. Então, colocaram valores unitários para que não ficasse tão sem sentido, isso afetou, em pequenos valores, dois mil imóveis de Porto Alegre, lembrando que a gente tem em torno de 750 mil inscrições em Porto Alegre.

Voltando ao nosso debate, eu diria que eu me sinto muito à vontade em defender o projeto da planta, porque nós não temos... Não é que a gente não tenha simpatia por este Governo, não é isso. Nós tivemos sérios embates e ainda temos embates de projetos que estão nesta Casa. Então, fico bem à vontade em fazer uma visão imparcial, o que nos ofende... E nós, funcionários públicos, já contribuimos para crise de Porto Alegre com a correção de 3% da previdência, e com 4% do não reajuste, ou seja, nós talvez estejamos numa cidade que maior deu e está dando contribuição para esta crise. Então, sinto-me bem à vontade em defender este projeto porque entendo que ele não é projeto do Prefeito Marchezan, é um projeto que é importantíssimo para a Cidade, é um projeto que corrige – o que se chama no direito tributário – a isonomia, que é um princípio fundamental. E que diz que todos aqueles que têm – adaptando à questão do IPTU – imóvel do mesmo valor venal, deveriam pagar o mesmo imposto. Claro que pode ser variado com a progressividade, com valores diferentes, pagarem impostos com alíquotas diferentes.

---

Eu não vou ficar aqui tecendo loas ao nosso projeto, porque foi desenvolvido, dentro da Secretaria, um projeto antigo nosso e pareceria ficar aqui tecendo elogios a nossa classe, mas ele é um projeto que corrige essas distorções, traz, de novo, a isonomia e de uma forma muito inteligente, e é um projeto muito bom. Eu acho que os Vereadores têm que pensar, na hora de examinar este projeto, principalmente naqueles 142 mil contribuintes que vão ter redução no imposto. Ou seja, são aqueles que estão pagando para aqueles que tem imposto muito baixos, então alguns estão pagando. Agora, a graduação da alíquota, a graduação do tempo, essa é uma questão que é política: é do Executivo com o Legislativo e nós não queremos nos meter nisso. Agora, acho também que é um novo tempo na nossa Cidade, parafraseando o nosso Prefeito, onde nós temos população, contribuintes, cobrar do servidor, da Prefeitura, a eficiência e o bom trabalho. Agora, saber que isso custa, nós somos uma Prefeitura e praticamos serviços, e o custo é basicamente em cima do servidor e das comissões para esses serviços. Então, nós temos que cobrar...

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Sr. Joarez.

**O SR. JOAREZ TEJADA FRANCESCHI:** Obrigado, eu agradeço a atenção de todos.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Presidente, boa noite a todas e a todos, cumprimento o Secretário, o Vice-Prefeito; nós, da Bancada do PT, temos ainda muitas dúvidas, mas quero deixar algumas coisas muito claras sobre as reflexões que fizemos até agora. Uma é que nós acreditamos na progressividade, defendemos, tentamos implementá-la no Governo Olívio; achamos que o IPTU tem que ser justo, fazer justiça social, quem pode mais, quem mora mais próximo das infraestruturas, deve pagar percentualmente mais para facilitar a vida de quem mora mais longe, que tem muito mais dificuldade, mais custo para a sua sobrevivência. Item progressividade, nós somos favoráveis, entendemos que, primeiro: há pouquíssimo tempo para debate; segundo: são três elementos que estão sendo mexidos de uma vez só. Secretário, Vice-Prefeito, já

---

falamos isso para ele. Quer dizer que há uma alteração nas zonas fiscais, nas áreas fiscais. Nós fizemos um Pedido de Informações à Prefeitura, eu acho que está sendo providenciado, não temos isso ainda respondido amiúde, porque a área um, dois e três, são três círculos, um dentro do outro, na primeira é a total, na segunda tem um desconto de 20%, na terceira 40%, e está sendo alterado o perímetro dela. E nós não temos como saber exatamente o que está atingindo, com que critério se alterou. Então, nós pedimos esse mapa desenhado para comparar os dois mapas, e nós não tivemos acesso. Então, esse é um impacto, o outro impacto é a revisão da planta de valores. Os nossos colegas são sérios, estão trabalhando nisso há horas, eu reconheço, nós defendemos a qualidade, a qualificação do serviço público – e nesse ponto eu vou voltar –, mas, ao mesmo tempo, está mexendo em progressividade, planta de valores e áreas fiscais. Ora, o aumento é tão grande que a Prefeitura teve que colocar um limitador em três anos de 30%. Poderá chegar a 120% acima... fora a inflação. Então, é um impacto muito grande, e talvez nós devêssemos discutir em alterar um dos elementos, porque eu concordo com alguém que disse aqui que a Prefeitura já tem instrumentos, que a Prefeitura fez aquela foto aerofotográfico aquele, já algumas pessoas me disseram: “Poxa, me cobraram cinco anos atrás.” Então tem instrumento na Prefeitura para fazer justiça. Essa desigualdade de pessoas que moram na mesma rua, no mesmo espaço, na mesma área, eu acho que tem outros instrumentos que não seja a operação linear. Nós entendemos que há a Planta de Valores, precisamos entender mais os critérios de alteração. Então acho que nós teríamos que fazer algo maior, com tempo, com um domínio maior, e talvez trabalhar com uma alteração. Bom, isso é sobre as mudanças técnicas, então nós achamos que não dá para impactar dessa maneira, impactar sem segurança, e trabalhar com progressividade, sim, mas saber o que vai resultar, Ver. Cassiá, porque nós não podemos assinar cheque em branco aqui na Câmara e as pessoas pagarem a conta.

Mas há uma outra dimensão que vou tratar neste último minuto. A gente apostar num sacrifício, porque quem fala aqui que é sacrifício, é, é sobre os mesmos, que já pagam por segurança, que já pagam por condomínio, muitas vezes o Secretário usa esse argumento: “Ah, o pessoal paga mais de condomínio do que paga de IPTU.” Mas também por quê? O condomínio está alto porque estamos tratando, principalmente a classe média, de resolver as deficiências das políticas públicas, tratando de segurança, tratando de condições de circulação, enfim, então há um custo muito grande, é um sacrifício que

---

se pede à Cidade, mas um sacrifício seria possível, Vice-Prefeito e Secretário, já falei isso, se houvesse democracia nesta Cidade. Quem vai discutir onde é a prioridade de investimento? Esse é o nosso primeiro questionamento, se o Prefeito não dialoga, não dialogou para produzir o projeto, não dialogou sobre nenhum dos projetos que chegaram aqui, suprimiu a rodada no Orçamento Participativo e está tirando o poder dos conselhos. Então, nós, sem democracia, como é que vamos botar mais recursos na Secretaria? Um Governo que veio e insiste que quer privatizar, por exemplo, o DMAE, que está destruindo a Carris, o DMAE superavitário e tem investimento permanente, e, por fim, está massacrando, humilhando, oprimindo os municipais e obrigando-os a se aposentarem; está desperdiçando conhecimento, trabalho técnico qualificado para resultar em política pública pior. Então, assim, nós achamos que tem que recuperar a gestão democrática para poder ter confiança e pedir sacrifício para a Cidade. Obrigada, Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia. A Sra. Elenira Rejane Martins Pereira, Conselheira Tutelar, está com a palavra.

**A SRA. ELENIRA REJANE MARTINS PEREIRA:** Boa noite a todos. Cumprimento em geral, como as comunidades dizem, porque eu não vou perder o meu tempo cumprimentando um por um. Represento aqui a periferia da nossa Cidade, lá do Partenon, lá do Morro da Cruz. Eu me senti muito desrespeitada com a palavra do Secretário, mas eu me senti desrespeitada a partir do momento que o Prefeito Marchezan foi eleito. Nossa comunidade, nossa Cidade foi desrespeitada quando esse Prefeito foi eleito. Cadê o governo de mudanças que fazia mais com menos? Hoje não, hoje ele tira mais e dá menos. Percebemos que esse foi um governo eleito sem um plano de governo. Por quê? Porque ele contrata uma empresa para implantar, dentro da nossa Cidade, o que acontece lá no Rio de Janeiro, o que acontece em Curitiba, o que acontece em tudo que é lugar – ele não trabalha com a nossa realidade.

A assistência social está totalmente desmantelada, é uma vergonha! Nós, como Conselho Tutelar, encaminhamos um papel, só trabalhamos em cima de papel, entregar para a comunidade um papel e saber que vai chegar lá na ponta e vai receber um “não”! Foi retirado o Atar da SMED, que fazia um trabalho maravilhoso de inclusão nas nossas escolas, e, hoje, nas escolas de inclusão, as crianças estão sendo excluídas por esse



---

Prefeito, que é o maior violador de direitos desta Cidade. Foi retirada a Guarda Municipal, que, de dentro das comunidades, era muito importante! Porque ela, além de ficar guardando o patrimônio público, servia de exemplo para as nossas crianças, que poderiam, sim, servir como cidadão, elas poderiam chegar lá um dia e ser um guarda municipal, que também estudou numa escola pública, que também subiu o morro de pés descalços. Foi retirada a Guarda! O que aconteceu? Ele nos chamou? Não. E hoje a Guarda Municipal é chamada três vezes por dia dentro de uma escola, onde um adolescente, uma criança de dez anos, está fumando maconha! E, se a Guarda Municipal estivesse ali... Eles tinham respeito pela Guarda Municipal.

A retirada da segunda passagem foi uma vergonha! Meu marido é motorista, e eu não me mixei, peguei a minha placa e eu fui, sim, para rua para dizer que aquela passagem é o nosso direito adquirido e que não é o Prefeito, que não conhece a nossa Cidade, que vai chegar e tirar o nosso direito. Não respeitou o Orçamento Participativo, nunca chamou a comunidade para conversar para nada. Nunca! Tudo enfiou goela abaixo, porque não conhece a Cidade, não conhece a nossa sociedade.

Quanto à saúde, gente, ontem eu fiquei envergonhada do Secretário da Saúde chegar e negar a nossa UPA, porque nós, do Partenon, somos pioneiros na municipalização da saúde dentro de Porto Alegre. Ontem nos negaram a nossa UPA e hoje o Secretário chegou lá com a maior cara de pau para implantar na nossa Cidade essa clínica familiar, onde tem ginástica, hidromassagem. Quando este Governo vai implantar isso? Não vai dar tempo, porque não vai ser eleito de novo, porque o povo não é bobo. Isso é um desrespeito total. Peço aos Vereadores... Esta Casa representa o povo, vocês foram eleitos por nós e vocês têm que trabalhar por nós. As frentes estão sendo formadas para garantir os direitos da nossa comunidade.

E eu queria dizer ao Vice-Prefeito, que representa o Prefeito aqui, que fosse visitar o Conselho Tutelar da Microrregião 4. O mato tomou conta; eu não sou muito alta, está do meu tamanho, já matamos uma cobra ali. Quando o Prefeito foi na comunidade, nós entregamos o papel para o Prefeito. Se uma criança cair ali, o Conselho Tutelar será responsabilizado.

Para terminar, quero dizer para vocês que, devido ao não conhecimento desta Prefeitura, do Prefeito da nossa Cidade – porque ele não conhece a nossa Cidade –, a nossa represa, quando foi alagada, o Prefeito não foi lá. Obrigada.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

**O SR. MAURO ZACHER:** Sr. Presidente, Secretários aqui presentes que representam o Governo; senhoras e senhores que estão, nesta noite, nesta importante audiência pública que trata de um tema que mexe com a vida de todos nós. A audiência é importante porque permite que a gente consiga colocar todos os lados que estão diante desta situação. Eu me coloquei inicialmente contra o projeto, porque entendia que ele não atende à expectativa e não enfrenta os problemas que têm que ser enfrentados. Aliás, Secretário, o Governo tem feito muito isso. Eu vou citar alguns exemplos. Nós temos um problema no sistema de transporte – ele é fraco, envelhecido, as pessoas estão saindo –, e o Governo enfrenta o problema tirando a segunda passagem. E assim vai. Nós temos problemas de caixa, e o Governo manda um projeto perfumado e maquiado de injustiça social, para esta Casa, mas fraco de política fiscal agressiva. É isso que o projeto traz. Qual é o objetivo do Governo? Resolver o seu problema de caixa. E de que maneira? Taxando o cidadão. A meta do Governo é arrecadar R\$ 300 milhões com este projeto este ano ainda. E vai sair de onde? Do bolso dos senhores e das senhoras.

Ora, é evidente que a Cidade cresceu. Evidente que tem distorções, trabalhem as distorções. Ora, temos uma dívida ativa de R\$ 2 bilhões: 50% disso é IPTU, os outros 50% são de ISS. E quero ressaltar aqui o belo trabalho que a Procuradoria tem feito e a Fazenda também. E o Governo quer taxar o cidadão num momento de crise, num momento de desaceleração da economia, quando nós temos que atrair os investimentos, quando temos que manter abertos – está aqui o Sindicato dos Bares, Restaurantes e Hotéis –, porque nós passamos pelas avenidas e eles estão fechados. Imaginem com o IPTU que pode chegar, em muitos casos, a 100%, 120%... Ora, evidentemente, eu quero que o Governo tenha bom senso neste momento, porque nós não iremos conseguir tratar essa matéria com urgência. Essa é uma matéria que nós temos que tratar com a maior responsabilidade. Nós vamos ter que enfrentar situações, permitir que a gente faça a atualização, se é que tem que ser feita, e que a gente possa deixar o IPTU do tamanho que a Cidade comporta. Olhem, os indicadores que o Secretário da Fazenda traz aqui, se alguém ligasse a TVCâmara, talvez imaginássemos que estivéssemos vendo a TVCâmara de outra cidade. O IPTU *per capita* de Porto Alegre não está distante de outras

---

capitais! Esse dado tem que ser dito. Ora, nós temos o problema de um cenário econômico.

Outro dado que eu quero trazer aos senhores é o seguinte: nós temos, das arrecadações do Município, ISS, ITBI, IPTU, um crescimento anual, mérito de um bom trabalho que a Fazenda tem feito, Aliás, nós temos uma perda de arrecadação nos repasses da União e do Estado. Então, meus amigos, tem uma frase que é muito dita na administração, querido Secretário Ricardo e meu querido Dr. Ponte, da Sociedade de Engenharia: seja duro com os problemas, mas seja afável com as pessoas. Nós temos muito problemas a enfrentar. O cenário é difícil, o desafio que a Prefeitura tem é difícil, mas nós não podemos taxar o cidadão, o microempresário, o empreendedor, o investidor da cidade, transformando Porto Alegre em uma cidade mais cara do que já é para que nós possamos resolver os nossos problemas de caixa.

Conte com este Vereador, conte com esta Câmara para o bom debate, para a construção de alternativas; aliás, a Cidade elegeu uma nova atitude! E este projeto é o registro da velha, antiga, ultrapassada atitude do aumento de imposto. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Sr. Lélío Falcão, do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical, está com a palavra.

**O SR. LÉLIO FALCÃO:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria saudar também o Ver. Cláudio Janta, Presidente da Força Sindical onde o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos faz parte. E claro, o meu primeiro patrão, o Ponte, quando eu trabalhei na Vila Hortência em Pelotas ainda, com o Dr. Ponte. Na realidade, além de estar no Sindnapi, eu represento, pela Força Sindical, o Conselho Estadual das Cidades do Rio Grande do Sul, e este é um tema que nos preocupa muito. Primeiro, eu queria saudar que sempre é positivo a busca de um equilíbrio fiscal, até porque estou iniciando um curso – está aqui a minha coordenadora do curso – de Justiça Tributária e Fiscal. Na fala do secretário me preocupou muito não ver, em momento algum, a questão dos imóveis abandonados, a especulação que deveria, sim, sofrer aí um aumento progressivo de impostos, um trabalho em cima desses imóveis. Segundo, na minha área, como atualmente aposentado e membro do Sindicato Nacional dos Aposentados, e usando inclusive dados da Prefeitura, nós temos hoje uma

---

quantidade muito grande de pessoas aposentadas que residem na região central de Porto Alegre; segundo o nosso senso do ObservaPOA mais de 60 mil idosos residem na área central. E conheço várias pessoas que, ao se aposentarem, têm perda significativa de renda, então moram em imóveis de alto valor, numa região central, mas cuja renda hoje é bastante acanhada, e todos sabem a luta que está sendo feita no Congresso Nacional para retirar cada vez mais essa condição dos aposentados, pensionistas e idosos. Não vi isso Secretário Busatto, nessa condição, então me preocupa a colocação da perda do rendimento dessas pessoas, que não é só a condição financeira, mas é também o aumento, de um lado, de custos na área da saúde, e, de outro lado, a redução da perda. Então gostaríamos de discutir um pouco mais essa questão, chamando a atenção que Porto Alegre ainda é cidade amiga do idoso, aqui residem já 275 mil pessoas com mais de 60 anos que representam um quarto do eleitorado – nós temos dados do Tribunal Superior Eleitoral recentes. Então gostaríamos de debater – espero que isso seja possível – mais detalhadamente a condição dos idosos.

Por último, nos parece sempre que o aumento de impostos vai na contramão do que a sociedade necessita: a redução de impostos traria mais emprego, mais dinamismo na economia e, provavelmente, mais pessoas aplicando e morando em Porto Alegre. Por outro lado, a voracidade fiscal cada vez maior, afugenta, diminui, dificulta as atividades, e portanto nós, nessas condições, seríamos frontalmente contrários a qualquer tipo de aumento ou de busca de aumento nesta situação, mais simples que é simplesmente aumentar as alíquotas. Agradeço aos senhores e senhoras. Nossa posição está firmada. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Sr. Lélío. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar o Secretários e sobretudo o público que nos acompanha e fazer três considerações sobre o tema do IPTU. Primeiro, a questão do tempo. Acho que o Roberto Robaina, meu colega de PSOL, abordou, de maneira muito correta, a profundidade de um projeto que tem 400 páginas de anexo, que foi enviado em agosto para a Câmara de Vereadores e que o Governo quer votar até 29 de setembro para que já vigore no ano que vem. Mais do que

---

isso: mandou o projeto e não encaminhou ainda – eu sei que o Vice-Prefeito me disse que assinou hoje o pedido de informação –, junto à planta venal de hoje, para poder comparar quadra a quadra, bairro a bairro, o conjunto dos aumentos que podem totalizar até 120% para muitas pessoas.

Temos dito ao longo dos anos que somos a favor da progressividade, mas a favor de uma justiça tributária verdadeira, que taxe os ricos e não que seja um tarifaço sobre as classes média e trabalhadora, uma justiça fiscal que taxe a especulação imobiliária. E falou bem aqui o Lélcio, quando trouxe de que não tem nenhuma taxação aos vazios urbanos – Porto Alegre tem 40 mil vazios urbanos na sua totalidade, segundo dados levantados pelos nossos servidores de carreira – ou mesmo a taxação de quem tem quantidade “x” de imóveis e que não sejam residências para moradia, enfim, projetos que busquem uma justiça tributária. Não é isso que vemos no projeto. Um aumento de até 400% ou 120% em relação a três anos, até 2021, de 59% dos imóveis em Porto Alegre, é evidente que vai ser um tarifaço sobre as classes média e popular. Tenho dito ao Secretário que me preocupa muito quando ele usa como exemplo o entorno da Arena do Grêmio, porque é verdade que tem os condomínios da OAS, que são só seis ali, aliás a OAS que não pagou ainda as contrapartidas para o Município de Porto Alegre nos R\$ 42 milhões. Vamos falar dos devedores para a Cidade de Porto Alegre. A OAS não pagou. Mas quem está no entorno do Humaitá e do Navegantes? O IPTU vai se usado como um instrumento de gentrificação social, ou seja, de correr as pessoas que não têm condições de pagar o IPTU que não cabe no seu bolso? Porque é o que parece, quando se quer aumentar sobre medida um imposto que tem muito impacto no bolso das pessoas.

Então, para nós é muito importante o envio dessa planta atual para que se compare. É muito importante também seguir o debate – acho que a Loiva trouxe corretamente aqui, a Prefeitura está suprimindo os espaços. Por que o OP não foi chamado para discutir, por exemplo, essa questão do IPTU e outras tantas questões da cidade de Porto Alegre? Os Conselhos Municipais, os CMDUA, os espaços da democracia que estão sendo soterrados por este Governo? Mais do que isso. Nós achamos que esse debate tem que seguir na CUTHAB com a planta enviada, a atual, a planta comparativa – o Líder do Governo me avisou que o Governo está fazendo uma planta comparativa. É muito importante essa planta comparativa para que a gente possa ver quando se identifica por bairro. Eu trouxe à tribuna já que, em determinada região, como o Centro Histórico, por

---

exemplo, para mim, parece inexplicável que um imóvel na Rua dos Andradas com a Rua Bento Martins tenha o valor superior, e bem superior, que o metro quadrado na Esquina Democrática. Não me parece concebível essa lógica. E é preciso que se expliquem as lógicas que estão expostas no projeto.

Eu quero concluir dizendo que eu acho que nós temos um Governo autoritário, pelos elementos que eu trouxe da democracia, mas também um Governo recessivo. Essa lógica de tirar do povo direitos, além de ter um impacto brutal na vida das pessoas... E foi assim no tema da segunda passagem gratuita. Vários Vereadores falaram aqui: “É verdade, o Governo tentou tirar a segunda passagem gratuita das populações que mais precisam da segunda passagem gratuita”. Agora existe, por uma ação nossa no Judiciário que devolveu ao povo de Porto Alegre o seu direito. Mas essa lógica, além de impactar a vida das pessoas – de parcelar salário, de ameaçar regimes, atacar direitos –, além de impactar a vida de milhões de porto-alegrenses, impacta a economia local, é uma bola de neve que só vai trazer mais problemas. Vocês imaginem para o comércio da Cidade, o 13º sair em janeiro; vocês imaginem o impacto na economia municipal dessas medidas recessivas que, em nome de resolver o problema da crise, se cavam buracos, aumentando ainda mais a crise social, a crise econômica, e fazendo Porto Alegre para um caminho de colapso nas áreas sociais. Isso é inaceitável e nós seguiremos como oposição na luta em defesa de Porto Alegre, em defesa dos direitos sociais e contra qualquer tipo de tarifaço. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Sr. Eric Seitz está com a palavra.

**O SR. ERIC SEITZ:** Boa noite, agradeço a oportunidade, quero cumprimentar a Mesa e os demais. Quero registrar meu protesto que o Ver. Márcio Bins Ely, que também é Presidente do Creci, não mandou ninguém aqui, acho uma pena, porque nós estamos falando de imóveis, estamos falando do patrimônio das pessoas da nossa Cidade. Eu não sei como foi feito, não tive acesso ao projeto de lei, mas pude olhar as notícias, e não me agradaram. Se esse resumo for verdadeiro, não consigo levar a sério, porque Porto Alegre, embora seja uma Capital, não é uma capital como São Paulo ou Rio de Janeiro, que são exceções. Se tiverem que fazer algum comparativo, façam do jeito certo;



---

comparem metrópoles com metrópoles – nem todas as capitais de Estado são metrópoles.

Outra coisa: não sei se essa análise de valores foi feita por alguém, algum corretor de imóveis com cadastro nacional de avaliação imobiliária; deveria ser feito, porque são pessoas que tem treinamento para isso. Não posso sair por aí simplesmente fazendo uma avaliação de um imóvel, isso não é brincadeira, é o patrimônio das pessoas, pode ser o único imóvel da pessoa. Tem mais: se esses valores forem reajustados do jeito que eu estou vendo, isso vai impactar de uma maneira muito agressiva a economia do nosso Município, talvez do Estado, porque nós somos a Capital do Estado. A construção civil vai ser afetada, os investidores do mercado imobiliário vão pensar duas vezes, porque não saberão o quanto aquele imóvel se valorizará, mas também não saberão quanto a Prefeitura vai pegar da valorização do imóvel. Isso, para mim, é extremamente perigoso. Por último é um sofisma fazer uma análise de imóveis, comparando com carros! São produtos distintos, eu lamento.

Tem que ser feita uma atualização imobiliária, é verdade, os imóveis são vendidos, não sei se a Prefeitura recebe, porque, quando pagas ITBI, ela tem que ter acesso a isso, então ela sabe o quanto aquele imóvel vale, não precisa fazer muito esforço para analisar. Se o imóvel não é vendido, não é atualizado, tudo bem, se faz atualização; mas se fizer, o proprietário do imóvel, na Receita Federal alega que pagou um valor; se ele vender, vai ter que pagar mais valia para a Receita Federal, mas para a Prefeitura ele já está pagando um valor atualizado. Creio que no Município de Porto Alegre não vai repercutir isso. Se nós vamos fazer um aumento, deveria ser feito com uma análise mais séria, mais criteriosa. Esta Capital tem quatro faculdades: poderiam ser feitos projetos, incentivando alunos com alto poder de instrução, para auxiliá-los, não simplesmente pegar o projeto e jogar aqui para a Câmara de Vereadores no apagar das luzes, com vários protestos, dizendo “nós precisamos de mais dinheiro”. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Sr. Eric. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Muito obrigado, Ver. Cassio Trogildo. Boa noite, Secretários – Secretário Busatto, Secretário Parode; boa noite a todos os presentes,

---

meus colegas Vereadores e demais representantes de associações e instituições e moradores de Porto Alegre. Eu confesso que eu gostaria de ter visto a apresentação do Secretário Busatto iniciar não da forma como iniciou, falando sobre o IPTU ser excessivamente baixo e injusto para algumas pessoas; mas, sim, dizendo sobre tudo o que se tentou fazer para reduzir gastos, antes de falar sobre aumento de arrecadação.

Nós temos um grande orçamento no Município de Porto Alegre. Temos algumas iniciativas de aumento de arrecadação no Município de Porto Alegre, mas temos muito poucas iniciativas de cortes de gastos. No *slide* inicial, ele fala que um que paga menos acaba prejudicando outro que está pagando mais. Isso, para nós, Parlamentares, que tratamos de orçamento, é um argumento falacioso, afinal de contas, se mais gente pagasse IPTU, não haveria desconto para os demais que estão pagando. Da mesma forma, há essas isenções dos clubes, sendo que poderiam arrecadar um potencial de R\$ 14 milhões. Se fossem arrecadados esses R\$ 14 milhões, não haveria uma dedução na contribuição de todos os demais contribuintes. Aliás, convidaria o Governo, portanto, a fazer esse tipo de indução, se está aumentando a arrecadação com os clubes. Aliás, muitas isenções não foram mencionadas aqui que estão sendo retiradas. Foi mencionada apenas a isenção concedida a imóveis de pequeno valor, que já não representava praticamente nada no recolhimento de IPTU. Então está bastante curiosa a forma com que têm sido trazidos os exemplos.

Outro exemplo confuso que eu trago dessa apresentação: a comparação de IPVA e IPTU. Para mim, isso não mostra que o IPTU está baixo; o que mostra essa comparação de IPVA e IPTU é que o IPVA é caro. Além disso, comparando com outras capitais brasileiras, o percentual de arrecadação do IPTU – comparando com São Paulo e Rio de Janeiro –, para mim, não mostra que o IPTU de Porto Alegre é baixo; mostra que o ISS é alto, porque representa mais da contribuição de receita do Município de Porto Alegre. O ISS de Porto Alegre é absurdamente alto, comparado especialmente com as cidades do entorno de Porto Alegre. Então eu não tolero um aumento de arrecadação disfarçado de justiça tributária para, especialmente, acomodar despesas, porque não se veem iniciativas de cortes drásticos de despesas, de gastos. Não se falou em privatização e extinção da Carris, não se falou em resolver os problemas de R\$ 8 milhões de déficit anual, da Procempa; não se fala em vender os terrenos gigantes, inúteis, da Prefeitura que temos. Falou-se sobre onze terrenos, se não me engano, que chegaram à Câmara, terrenos

---

pequenos, que representam baixo valor para se vender, para se livrar desses terrenos, esse passivo. Então, cadê o corte de gastos? Eu não quero aumentar arrecadação, para acomodar despesas, como o prejuízo da Carris, como o prejuízo da Procempa, como escândalos que nem a gente viu no DEP e tantos outros absurdos que nós vemos no dia a dia, e do que tem sido também falado, e perduram nas atuais gestões, que são de desperdícios de recursos, muitas vezes até não por irresponsabilidade do gestor, mas por falta de atenção com isso, porque estão muito preocupados em aumentar a arrecadação, e não importam os gastos.

Qual a sugestão que eu daria para aumento de receita, em vez de punir o contribuinte? Não é alíquota progressiva, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, a qual respeito, porém a alíquota progressiva é punir quem poupa. Quem tem mais já paga mais, de uma alíquota fixa, sobre imóvel proporcional, de proporcional valor. A sugestão de aumento de receita não é punir o pagamento de impostos, mas sim fazer concessões parques e praças, sim reativar os parquímetros da Cidade que estão largados, o nosso mobiliário urbano, que tem um baita potencial de receita, e a gente vê os relógios largados, a gente vê as lixeiras de Porto Alegre largadas, a gente vê, Ver. Cecchim, lixeiras, bancas de jornais, enfim. Tem “n” outras formas de aumentar receita, ainda que eu discorde de aumento de receita, porque eu acho que Porto Alegre já dispõe de um grande orçamento. Aliás, acho hipocrisia também que alguns Vereadores vêm aqui falar e denunciar esse aumento de arrecadação, mas no passado votaram consistentemente por aumento de gastos. Aí é privilégio daqui, privilégio de lá, concessão de aumento salarial acima da inflação, e agora reclamam que estão aumentando impostos. Isso é consequência dos atos irresponsáveis no passado. Então, não adianta agora condenar também a Prefeitura que está buscando aumento de arrecadação.

Portanto, sou contrário a qualquer aumento de arrecadação. Se querem fazer justiça, que equilibrem a planta de valores, tirando, fazendo pagar menos aqueles que pagam muito, para aumentar naqueles que não estão pagando nada. E ainda assim, poderemos discutir esse projeto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Sra. Rosa Ângela Chieza, professora da UFRGS, está com a palavra.

---

**A SRA. ROSA ÂNGELA CHIEZA:** Obrigada, boa noite a todos. Um cumprimento ao Leonardo Busatto e ao Ver. Cassio. Eu sou professora da Universidade de Finanças Públicas, queria primeiro fazer uma reflexão e vou terminar a minha fala com um convite. O que é justiça em tributação? Pelo menos existem várias teorias que abordam o que é justiça em tributação e uma delas aponta que a justiça se dá pela capacidade de pagamento do contribuinte: um contribuinte com maior capacidade de pagamento deve contribuir com alíquotas maiores. Pois bem, qual é a experiência que o Brasil tem em relação aos países desenvolvidos? Eu vou comparar Brasil, América Latina, depois eu vou chegar no Município de Porto Alegre e o papel que os Municípios no Brasil têm no sentido de contribuir para solucionar os conflitos federativos que estão mais acirrados num ambiente de crise e como a tributação pode ajudar nisso.

Então, a primeira questão, muito rapidamente, porque o tempo está andando, é que se nós compararmos o Brasil com os países da OCDE, nós vamos ver que a nossa carga tributária, apesar de ser similar – 33, 34, 35%, que é uma média – nós vamos observar que no Brasil há uma predominância de impostos que incidem sobre consumo, os impostos indiretos. E são esses impostos indiretos que causam maior injustiça, porque eles incidem sobre o consumo e não sobre renda propriedade e patrimônio – os que têm menor renda destinam maior parte da sua renda para o consumo. Portanto, no Brasil quem ganha até três salários mínimos tem uma carga tributária de 49% e quem recebe uma renda de 30 salários mínimos tem uma carga tributária de 27%. A média da carga tributária é trabalhar quatro meses, mas o pobre trabalha seis meses, enquanto o que tem uma renda um pouco maior trabalha a metade do período comparativamente superior. Por que eu estou fazendo essa observação? Para frisar o quão relevante é tratar o tema da progressividade no Município de Porto Alegre. Porto Alegre é pioneira em várias experiências, e que ela volte a ser pioneira começando pela tributação. Se nós compararmos o peso que a tributação do IPTU tem sobre o PIB na América Latina e o peso que o IPTU tem sobre o PIB no Brasil, ele é muito irrisório no Brasil.

Tem uma outra consideração importante que me parece que o Secretário utilizou, mas faz parte das minhas pesquisas, que o peso, o montante de recursos arrecadados sobre, considerando o IPVA, o valor dos imóveis no Brasil é inferior ao IPTU. Ora, não se precisa de grandes conhecimentos para perceber que o valor do patrimônio dos imóveis em zona urbana é superior ao valor venal dos imóveis. Então, estou colocando essas observações

---

para dizer da importância de se discutir a progressividade em tributo. Não vou manifestar aqui qual é o grau de progressividade em tributo. Acredito que o Parlamento fará novas audiências públicas com mais interlocutores sobre o tema, inclusive com a presença da Universidade, porque não se pode comparar um dado com inflação acima da média. Provavelmente, se muitos contribuintes terão reajuste do seu IPTU com índice acima da inflação, outros terão reajustes muito abaixo da inflação. Então, esse tema qual o grau de progressividade do IPTU também é um tema bastante importante. E frisar o que tem de importante nesse projeto, que é justamente a progressividade, que é sobre ele que estou falando, e também o fato que possibilita aumentar a avaliação dos imóveis ao mercado. Não é possível que um imóvel de R\$ 45.000,00 localizado na Lomba do Pinheiro pague R\$ 390,00 de IPTU, enquanto, no Menino Deus, um imóvel de R\$ 45.000,00, mesmo valor, pague R\$ 45,00. Ou seja, são distorções que precisam ser corrigidas e quiçá Porto Alegre seja pioneira para fazer essas correções, levando o tema da progressividade que seja discutido neste Parlamento.

A última questão, a Universidade está ofertando um curso, já na quinta edição, que chama Educação Fiscal e Cidadania, ofertado por um conjunto de servidores públicos, inclusive da Prefeitura de Porto Alegre, que está ensinando, discutindo tributação, o Estado, gasto público e tributação. Muitos interlocutores falaram aqui em gasto e tributação, que é o sistema fiscal do Estado. Portanto, a sociedade opta ora para manusear tributos, ora para manusear gastos. O curso começa sábado, dia 16 de setembro, e as inscrições estão abertas no *site* da Universidade. Muito obrigada e bom debate.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Sr. Paulo Roberto Fam, da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**O SR. PAULO ROBERTO FAM:** Boa noite, quero completar a minha apresentação que eu vinha fazendo. E trago ali uma lâmina onde temos os valores vigentes de 2017 e os valores propostos para 2018, para alguns terrenos pinçados, para termos uma ideia do incremento que implica esse projeto.

Então, na primeira linha, onde tivemos uma inflação de 3,46%, o incremento solicitado pelo projeto é de 229%; no seguinte, é 199%, 137%; na Rua Juca Batista é 381%, de um

---

ano para o outro; na Rua Oliveira Remião – Lomba do Pinheiro, que vocês estavam falando –, ele aumenta 705%. Então, isso para ter uma ideia do impacto dessa proposta, que eu não entro no mérito que seja justa ou não, que se tenha que revisar a planta de valores, até acho que sim, mas o momento é inadequado, é insuportável com esse tamanho aumento de imposto.

Bom, aqui também para vocês terem uma noção do que está se falando, o IPTU, de 2013 a 2016, vemos uma crescente sempre acima da inflação, que começa em 299% e, em 2016, 390%. (Problemas técnicos no som.) valores faturados, ou emitidos têm uns 20% mais que vencer a inadimplência. Isso vale para IPTU (Problemas técnicos no som.) Temos agora sempre um crescimento.

O INSS, idem. IPVA, que se falou tanto aqui, ele se mantém mais ou menos na faixa de duzentos e poucos milhões de reais; a receita total e despesa total do Município. Nos dados que eu consultei – a fonte é a Procempa -, não visualizei onde é que está o déficit do Município. O Melo, que foi Vice-Prefeito, talvez tenha como explicar melhor isso para nós.

E, ali embaixo, só para uma informação, a despesa total com pessoal mais encargos não me parece que também seja muito exagerada, está dentro da Lei da Responsabilidade Social e está *o.k.*

Aqui também trago uma lâmina que mostra a comparação com algumas capitais. A primeira ali é Brasília, a segunda é Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, com relação a alíquotas de IPTU. Com relação a terrenos, isso já com a proposta encaminhada, nós temos uma maior alíquota, 4% agora sobre um valor de mercado ou acima de valor de mercado. E me parece também que o Município está pegando o valor de mercado num topo, houve um *boom* da construção nos últimos anos e esse valor, essas transações que ocorreram estão se valendo de parâmetros para estabelecer um valor de mercado. Essas transações ocorreram há dois, três anos; hoje essas transações ou elas não estão ocorrendo ou estão ocorrendo com valores muito menores. O mercado imobiliário hoje dificilmente compra um terreno para edificar; ele permuta, porque está proibitivo viabilizar uma operação com compra a dinheiro. Então, Belo Horizonte é 3%, São Paulo é 1,5% para terreno, Rio de Janeiro é 3% e Brasília também 3%. Porto Alegre num prazo de 16 anos entrega o terreno para o Município.



---

Aqui tem uma apreciação maior do PIB da Cidade e o valor de IPTU por habitante. Nós temos hoje R\$ 263,00 de IPTU por habitante e o projeto novo passa para R\$ 538,00, o maior depois de São Paulo, segundo maior, então, do País. São Paulo tem IPTU sobre o PIB 1,19; Porto Alegre, se aprovada essa proposta, passa para 1,25.

Nós queremos também, como todos, o bem da Cidade; acho que a Cidade tem que corrigir distorções da planta de valores, mas eu também concordo com alguém que manifestou que a gente está com pouco tempo para fazer essa análise e ajustar uma planta de valores que realmente seja justa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Encerramos as participações do plenário.

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria muito, em primeiro lugar, de reconhecer a oportunidade que venho tendo de acompanhar o trabalho dos técnicos da Prefeitura que vêm tentando fazer com que essa revisão de planta seja realmente uma proposta que vise a tirar o atraso da Cidade de quase três décadas. A gente sabe que outros Governos tentaram fazer isso. Em primeiro lugar, em nome desses servidores valorosos da Prefeitura que não se resumem apenas ao Secretário Busatto e ao Secretário Parode, mas aos técnicos das suas equipes que têm exaustivamente procurado fazer um projeto de revisão da planta que vise – aí acho importante a gente se atentar aos dados matemáticos – fazer uma grande justiça a muitos porto-alegrenses que tem residências simples, mas que tem às vezes seu IPTU maior do que residências em locais valorizados. Então, essa preocupação técnica é muito importante para nós. Eu gostaria de saudá-los no início da minha fala.

Eu ouvi alguns colegas, algumas pessoas que me antecederam; gostaria de deixar claro alguns dados quando se fala em aumentar impostos. É muito fácil fazer discurso popular para agradar eleitorado às vezes e dizer somente que é contra aumentos de impostos. Ninguém gostaria, a bel-prazer, de ter como prioridade só aumento de impostos. Esse Governo fez importantes economias. Eu recolhi dados: são R\$ 150 milhões de economia em telefone, diárias e todo um esforço das equipes e dos funcionários do quadro dessa Prefeitura para que a gente tenha, sim, não só a preocupação com o recálculo da planta,

---

que é necessário. A gente vem discutindo isso, estamos aqui em uma audiência pública onde os Pares tem que fazer essa discussão. Agora, eu escuto às vezes: “Ah! Nós vamos fazer um recálculo da planta, mas não podemos aumentar o recolhimento”. Gente, Porto Alegre, em 26, 27 anos, cresceu muito: bairros, número de moradias... A gente cresce, às vezes, ordenadamente e, outras vezes, desordenadamente. Então, queria deixar claro que, ao contrário do que muitas pessoas, por falta de informação, compram, este é um projeto, sim, que visa fazer justiça! E aí eu acho muito interessante, porque muitos sempre fizeram discursos políticos de taxar os que têm mais condições e cuidar dos menos favorecidos. Eu vou dar um exemplo: eu valorizo e respeito quem batalhou a vida inteira e adquiriu, através do seu suor, na Ilha da Pintada, residências bonitas, lindas maravilhosas na entrada à esquerda, mas não é justo que aquelas residências paguem o mesmo IPTU das do lado direito, que são residência de um pescador, de um comerciante, de um trabalhador, de um dono de uma microempresa.

Então, acima de qualquer coisa, aí o apelo que eu faço: precisamos, sim, fazer a rediscussão dessa planta e, sem sombra de dúvidas, corrigir injustiças. Nada melhor do que estar nesta Casa, respeitando as opiniões contrárias, suprimindo as diversas dúvidas que se tem. Sobre os percentuais que foram demonstrados agora, olha, se um proprietário de imóvel da Av. Independência paga R\$ 100,00 de IPTU e ele tiver 300% de aumento e ele tiver que pagar R\$ 300,00, vamos fazer uma análise, porque eu realmente acho justo que ele tenha 300% de aumento. Então, vamos acompanhar o parecer técnico, mas nós estamos muito otimistas de, nesta Casa, tirarmos as dúvidas que nós temos nesse importante e complexo projeto. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Leonardo Busatto está com a palavra para as considerações finais.

**O SR. LEONARDO BUSATTO:** Bom, eu vou dividir com o Secretário Parode, porque eu acho que é importante também, como nós estamos prestes a fazer a discussão orçamentária, e nós, em parceria, administramos as finanças municipais, acho que a gente pode dar algumas informações. Eu vou tentar passar rapidamente para umas questões, são muitas informações, mas acho que é importante, porque o debate é complexo.

---

Primeiro, sobre a questão do tempo da discussão, nós também gostaríamos de ter discutido com mais tempo tanto pela complexidade, como pelo número de debates e temas que foram discutidos, nesta Casa inclusive, e tão relevantes para a Cidade. A gente sabe que talvez possa ter chegado um pouco atrasado, porém é a segunda vez que eu venho aqui. Eu já me reuni com quase todas as bancadas, às vezes mais de uma vez; também vamos nos reunir com sindicatos e sociedades comerciais. Nós já fizemos este debate e vamos continuar fazendo. A gente só acha que o tema requer urgência, para não punir ainda mais aqueles mais pobres que estão pagando IPTU e deveriam ter seu IPTU reduzido ou até não pagar, e não prejudicar ainda mais a Cidade e beneficiar imóveis, como vimos aqui, de R\$ 1 milhão, de R\$ 500 mil, de R\$ 800 mil, que pagam valores irrisórios de R\$ 10,00, R\$ 20,00, R\$ 30,00, R\$ 40,00, R\$ 50,00. Peço inclusive o que for possível de aprofundamento de debate ao longo desses próximos dias. Eu sei que o tempo é exíguo, são muitas questões na Cidade, agora, se nós conseguíssemos discutir isso para já promover essa justiça a partir de 2018, seria muito importante para Porto Alegre.

Como bem colocou o Joarez, Presidente da Aiamu, a discussão da planta tem que ser apartada da discussão fiscal; não vamos perder a oportunidade de corrigir a questão da planta, a questão da alíquota, a questão do prazo, isso a gente estava discutindo aqui. Obviamente, o Governo tem uma proposta, mas, como eu falei, é o que sair da Câmara de Vereadores, o que for melhor, que for o projeto aprovado, que será o melhor para Cidade. Então, essa questão do tempo, a gente tem que tentar, se possível – a vida está muito dinâmica –, otimizar e discutir isso.

Eu não vou entrar em todos os detalhes, eu concordo com alguns que falaram que querem ver retorno para a sua cidade, eu também quero ver. O setor público ficou muito inchado, ineficiente e não atende mais as demandas da sociedade, em todos os níveis, em todas as esferas de Governo, e não só no Município de Porto Alegre. Então, a gente tem que promover uma revolução, nós temos que refletir sobre a eficiência da prestação de serviço público em todos os aspectos. Na Prefeitura de Porto Alegre, nós também estamos propondo melhorar a eficiência, entregar mais para a população. Mas são coisas distintas, eu acho que nós temos que olhar um pouco essa questão do IPTU pela questão da justiça.

---

Alguns falaram aqui, ou criticaram a Vila Tronco, Humaitá, disseram que a questão dos mais humildes... Pessoal, justamente, o projeto visa a priorizar os mais humildes; não aprovar a planta de valores do IPTU, conforme proposto, é não deixar que 60 mil imóveis sejam isentos de IPTU, é não permitir que 142 mil imóveis tenham o seu IPTU reduzido, daqueles que pagam até R\$ 500,00, ou seja, vai beneficiar os mais pobres. Até o meu pai e a minha mãe foram citados aqui, eu agradeço, e vou dizer uma coisa, desculpem, mas o meu pai e a minha mãe concordam com o projeto. Por quê? Por que beneficiam os mais pobres. Ora, como é que a gente não pode defender um projeto desses? Podemos discutir questão de alíquota, questão de prazo, mas ele promove justiça dentro dos imóveis da cidade de Porto Alegre. Eu poderia dizer que muitas das questões que foram colocadas... Até foi colocado que o projeto visa aumentar R\$ 300 milhões de IPTU este ano. Primeiro que nós arrecadamos R\$ 400 milhões num ano; o projeto, como está proposto, visa aumentar no máximo R\$ 70 milhões no primeiro ano, R\$ 70 milhões é metade da folha de pagamento de um mês – de um mês –, sendo que o maior impacto é lá no primeiro ano do governo seguinte. Será que o objetivo é só arrecadatário? Ver. Mauro Zacher, R\$ 70 milhões é metade do aumento da folha de pagamento que a nossa gestão teve que pagar e que foi concedido pela gestão anterior, em dezembro e janeiro, de R\$ 140 milhões; o aumento concedido na folha de pagamento dos servidores municipais, pago em dezembro e janeiro, ou seja, a nossa gestão é que está pagando, é R\$ 140 milhões. Está aí para onde vai o dinheiro do IPTU, está aí para onde vai o dinheiro do IPTU: para pagar, dentre outras coisas, o aumento dos servidores municipais, por isso que não tem dinheiro para melhorar as praças, as ruas, a saúde, a educação. Eu sou servidor público, eu não estou dizendo que a culpa é do servidor, muito pelo contrário, mas para ter serviços públicos de qualidade no mínimo nós temos que ter a contrapartida da receita. Então, Vereador, esse eventual aumento de R\$ 70 milhões cobriria a metade do aumento que foi concedido pela gestão anterior e que a nossa gestão está pagando para os servidores municipais.

Então, volto a frisar: não aprovar este projeto é prejudicar os mais pobres, é não promover justiça, e a questão das alíquotas, dos prazos, acho que esta Casa vai saber discutir e definir o que é o melhor para a cidade de Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

---

**O SR. JOSÉ ALFREDO PARODE:** Boa noite a todos, em respeito à posição de todos os Srs. Vereadores e a todos aqueles que nos antecederam, eu só gostaria de lembrar a esta Casa que recentemente estivemos apresentando uma realidade bastante dura em relação à situação fiscal de Porto Alegre. Não se trata de culpar este ou aquele governante, os governos anteriores, mas nós temos um déficit na ordem de R\$ 700 milhões, médio, para os próximos três anos e meio. Obviamente, aumento de imposto é uma parte da equação do ajuste fiscal necessária para que se encaminhem as soluções também, como aqui foi dito, pelo lado da despesa. Foi muito bem reforçado pelo nosso Líder do Governo que aquilo que representa esforço conjunto da sociedade, especialmente por parte dos servidores, já soma em torno de R\$ 150 milhões, e que R\$ 700 milhões estimados e o aumento estimado de arrecadação do IPTU, na ordem de R\$ 70 milhões, 10%; então ainda muito precisamos do esforço conjunto da sociedade para fechar essa conta. Obviamente estamos falando aqui de justiça fiscal, de uma revisão da planta, e ninguém gosta de aumento de imposto, mas infelizmente estamos diante de uma crise sem precedentes e que precisa a compreensão, a solidariedade, o esforço conjunto de toda a sociedade – civil, organizada, de servidores, de dirigentes –, especialmente da compreensão desta Casa, do aperfeiçoamento do projeto, se for necessário. Na se tem a pretensão de trazer uma solução que seja a mais perfeita, mas é o momento, sim, de buscarmos a discussão, o aperfeiçoamento e, quem sabe, pleitear junto ao Prefeito Marchezan as medidas necessárias de buscar esse equilíbrio, mas que não se perca a oportunidade de também buscar o ajuste, o equilíbrio fiscal não só pelo lado da despesa, não só pelo lado do servidor, mas também que se busque um esforço distribuído no conjunto da sociedade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Vamos chegando ao final desta audiência pública, que teve como objetivo debater o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, que propõe alterações no IPTU de Porto Alegre. Quero agradecer aqui a presença do Vice-Prefeito, Prefeito em exercício, Gustavo Paim, também do Secretário Leonardo Busatto e do Secretário José Alfredo Parode; agradecer a presença dos Vereadores que estão aqui, que passaram por aqui, os Vereadores Idenir Cecchim, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, João Carlos Nedel, Fernanda Melchionna, Valter Nagelstein, Reginaldo Pujol, Felipe Camozzato, Mauro Zacher, Cláudio Janta, Mônica

---

---

Leal, Márcio Bins Ely, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon, Moisés Maluco do Bem e Dr. Goulart. Quero agradecer também todos os contribuintes, aqueles oradores que fizeram uso da palavra, todos que compareceram nesta audiência. Quero fazer um agradecimento especial e escolho para isso o contribuinte de Porto Alegre, o sempre Deputado Luis Roberto Ponte, atualmente Presidente da Sociedade de Engenharia: muito obrigado pela sua presença, em nome de quem agradeço a presença de todos os demais cidadãos de Porto Alegre, os contribuintes da nossa Cidade que aceitaram o convite da Câmara Municipal para estarem aqui debatendo o projeto do Executivo que trata da nova planta de valores. Muito obrigado e um grande abraço.

Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a presente reunião às 21h20min.)